

## **Realojamento e imigração dos hindus do Bairro do Armador (Lisboa): desafios da mobilidade e da integração**

### **Alexandra Barreto**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, [xana.barreto@gmail.com](mailto:xana.barreto@gmail.com)

### **Dulce Pimentel**

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, [dpimentel@fcsh.unl.pt](mailto:dpimentel@fcsh.unl.pt)

### **Jorge Malheiros**

IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, [jmalheiros@campus.ul.pt](mailto:jmalheiros@campus.ul.pt)

**Sumário:** Esta comunicação apresenta os resultados de uma investigação que analisou o processo de realojamento e de integração do grupo hindu residente no bairro do Armador na zona oriental de Lisboa. O Programa Especial de Realojamento (PER), levado a cabo no município de Lisboa durante a década de 1990, permitiu o realojamento no Armador de população hindu, maioritariamente proveniente da Quinta da Holandesa. Entre setembro de 2013 e abril de 2015 foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com guião e produzido um diário de campo. Verificámos que a inserção dos hindus é um processo que tem sido positivo, embora persistam dificuldades que se prendem com a própria organização interna do grupo e do processo de diálogo institucional.

**Palavras-chave:** Bairro do Armador (Lisboa), Integração, População Hindu, Realojamento.

**Abstract:** This paper presents the results of an investigation that examined the process of resettlement and integration of the Hindu group resident in the Armador neighborhood, Eastern Lisbon. The Special Rehousing Programme (PER) carried out in the municipality of Lisbon during the 1990s allowed for the resettlement of the Hindu population mostly from the Quinta da Holandesa in the new neighborhood. Between September 2013 and April 2015 semi-structured interviews were conducted. We found that the inclusion of Hindus in the neighborhood is a process that has been positive, but lacking many aspects that relate to the internal organization of the Hindu group and the institutional dialogue process, for example with Gebalis.

**Keywords:** Armador neighborhood (Lisbon), integration, Hindu population, resettlement.

## 1. Introdução

A habitação constitui uma das primeiras prioridades dos imigrantes e um desafio para as políticas de integração. Os indianos hindus do bairro do Armador são os protagonistas de uma investigação realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado que analisou o processo de realojamento e de integração deste grupo numa das zonas mais conhecidas da freguesia de Marvila, na parte oriental da cidade de Lisboa (Barreto, 2015). Porquê o grupo hindu e não outro? Em primeiro lugar, há que referir a complexidade dos processos de realojamento que ocorreram na cidade de Lisboa e na sua área metropolitana, designadamente os casos em que mobilidade internacional (imigração) de populações não europeias, culturalmente bastante distintas do grupo luso – como acontece com os hindus – se conjuga com mobilidade residencial de proximidade, envolvendo a passagem de bairros precários para bairros sociais públicos. Nestas situações, para além da resolução do problema específico da habitação (mudança para um alojamento com níveis de qualidade mínimos), coloca-se um duplo desafio de integração, não só ao nível micro, uma vez que se trata da passagem para um bairro com uma estrutura urbanística rígida e que não foi escolhido pelos próprios, mas também ao nível macro, pois se o acesso a habitação formal é um passo na consolidação da presença em Lisboa, não resolve, por si só, as questões da interacção cultural positiva e do acesso substantivo aos direitos de cidadania.

Para além do primeiro aspeto mencionado, a justificação da escolha do grupo hindu do Bairro do Armador como objecto de estudo, resulta do facto de este local estar associado a indivíduos de origem indiana, uma vez que tanto os habitantes da Quinta da Holandesa, como os da Quinta da Montanha, bairros degradados do Vale do Areeiro em Lisboa, foram maioritariamente ali realojados. O desenvolvimento de outras infraestruturas, como a escola do 1º ciclo, onde se realizam os encontros religiosos aos domingos ou os negócios locais com produtos étnicos, que servem a comunidade hindu contribuiu para dar maior expressão à presença deste grupo étnico.

Nos contactos regulares que estabelecemos com a população, apercebemo-nos que a maioria dos indianos que vive no bairro do Armador professa o hinduísmo. A escola básica do bairro e/ou o templo do Lumiar são os espaços utilizados como locais de culto, tendo-nos sido dada a oportunidade de participar numa das sessões de domingo de manhã. A escolha deste grupo também se deve ao facto de este ser um dos grupos imigrantes menos estudados (Machado e Azevedo, 2008: 18). No caso do bairro do Armador, as expressões culturais da

comunidade são certamente relevantes para a reflexão que traça o caminho de compreensão das questões da integração e realojamento de populações migrantes.

Estudar o grupo hindu é fazer um trabalho extenso, em devir, que nunca se esgota quer em diversidade de pormenores, quer pelos movimentos que este grupo mantém dentro da diáspora. É portanto importante sublinhar que esta comunicação não responde às muitas dúvidas que existem perante o processo de realojamento deste grupo e de outros, podendo, contudo, ser uma oportunidade para a reflexão e procura de melhores soluções para alguns dos problemas identificados. Na sequência da investigação realizada e da apresentação de resultados no espaço comunitário do Bairro, que contou com a presença dos parceiros que intervêm nesta zona, soubemos que o Gabinete da Gebalis alargou o tempo de atendimento e que a divulgação deste gabinete fez com que mais pessoas, inclusivamente uma das entrevistadas, procurasse os técnicos que trabalham no bairro para a resolução dos problemas que foram surgindo.

Nesta investigação foi utilizada uma metodologia qualitativa, a entrevista semi-estruturada com guião, apoiada pela produção de um diário de campo. As inúmeras incursões pelo bairro e as muitas visitas semanais aos entrevistados suportaram a reflexão que será apresentada nas notas finais. A pesquisa, que decorreu entre setembro de 2013 e abril de 2015, partiu das seguintes questões: i) Quais os trajetos destes indivíduos até chegarem ao Armador? ii) Porque está o Bairro sempre associado a este grupo em particular, mesmo não estando em maioria e havendo uma contínua saída de residentes de origem indiana para a diáspora? iii) O que representou o realojamento na vida destes hindus oriundos maioritariamente da Quinta da Holandesa, alguns descendentes de segunda e de terceira geração de imigrantes provenientes da Índia ou de Moçambique (etapa migratória intermédia)?

O artigo está dividido em 4 pontos. O primeiro ponto faz a abordagem sumária aos programas de realojamento, às instituições que trabalharam em prol de um realojamento que abrangesse o máximo de famílias possível e, a partir daqui, entraremos no ponto 2, o caso do vale do Areeiro, para poder chegar à Quinta da Holandesa, local de onde provem a grande maioria dos indivíduos de origem indiana entrevistados para esta investigação. Passamos assim ao ponto 3, no qual será apresentada a comunidade estudada. Um quarto momento corresponde às notas de reflexão que espelham a observação e análise de elementos que estabelecem pontes entre a comunidade hindu e o bairro, com base nas entrevistas e trabalho

de campo realizado. Pretendemos aferir o olhar do bairro sobre a comunidade hindu, bem como o da comunidade sobre o bairro. Neste ponto refletiremos sobre o diálogo comunicativo e produtivo (ou não) entre os vários intervenientes.

Sublinhamos, ainda, que nos últimos anos parece ser significativa a emigração para o estrangeiro desta última geração de jovens hindus, que acompanha as tendências recentes da emigração portuguesa, tendo como destino o Reino Unido (onde também existe um importante grupo de luso-indianos), mas ao que conseguimos apurar durante as entrevistas, deseja manter o património no bairro. Mobilidade residencial (realojamento), migração internacional e sentido de bairro cruzam-se neste texto, dando pistas de reflexão sobre os desafios da mobilidade e da integração de populações hindus na cidade de Lisboa.

## **2. Imigração e realojamento**

Em finais dos anos 1970 e na década de 1980, o aumento do número e a diversificação de origens dos imigrantes na área metropolitana de Lisboa contribuiu para agravar os problemas de habitação, pois a tendência para se fixarem nas zonas intersticiais desocupadas ou suburbanas da AML (e do próprio município de Lisboa), em alojamentos precários e/ou sobrelotados, dificultou a capacidade de resposta no que respeita ao realojamento (Malheiros e Fonseca, 2011).

Em 1987, o Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), cujo objetivo era a construção de quase 10.000 fogos habitacionais, fruto de um protocolo entre o Instituto Nacional de Habitação (INH) e o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), destinava-se a combater a ocupação de áreas de circulação fulcrais da capital e a erradicar as barracas que eram autênticas concentrações de exclusão económica e social (Costa e Subtil, 2013). Segundo os mesmos autores, até inícios de 1990, a construção não acompanhou as necessidades de habitação em Lisboa, problema criado em parte pela concentração das comunidades imigrantes bem como pelos intensos fluxos imigratórios decorrentes do forte êxodo rural observado em décadas anteriores. Assim, o recenseamento de 1991 trouxe o *input* necessário para um novo ponto de partida do PIMP, pois mostrou a real dimensão da habitação designada como “não clássica” na capital, tornando-se urgente dar uma resposta de forma a limitar a proliferação de núcleos degradados que estavam à vista de todos nos acessos a Lisboa. O PIMP vigorou entre 1987 e 1993, dando lugar ao Programa Especial de Realojamento (PER), D.L. 163/83, de 7 de maio, sujeito a várias alterações

posteriores (D.L. 93/95, de 9 de maio; Lei 34/96, de 29 de agosto; D.L. 1/2001, de 4 de janeiro), apoiado pelo Instituto Nacional de Habitação, através de um acordo com as autarquias, com o qual se pretendia erradicar os bairros de casas “pré-fabricadas” existentes nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. No entanto, o arrastamento do PER por quase 20 anos, trouxe problemas de realojamento a imigrantes que chegaram após o recenseamento de 1993, que se manteve como a base do processo ao longo de todo o período. Assim, “ o recenseamento inicial do PER, abrangeu 10.030 alojamentos precários, habitados por 37.299 pessoas, a que correspondiam 11.129 agregados a realojar”, (...) contudo, “devemos salientar que para o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU este é o único recenseamento reconhecido, não sendo validadas por este organismo as atualizações posteriores efetuadas pelo Município de Lisboa, com inclusão de mais núcleos habitacionais e consequentemente de mais famílias” (Costa e Subtil, 2013:9).

Sobre o PER foram publicados vários trabalhos desde 1994, de que Rita Ávila Cachado destaca “sem intenções de exaustividade, alguns que foram publicados durante a implementação do PER, sobre o próprio ou sobre outros processos de realojamento em habitação social: Freitas (1994); Gros (1994); Guerra (1994); Pinto (1998)...”(Cachado, 2013: 135). Importa compreender as grandes linhas de ação do PER, mesmo que em diversas situações estas não tivessem sido cabalmente cumpridas: a construção de fogos habitacionais, equipamentos sociais, infraestruturas, erradicação de barracas, realojamento das pessoas próximas dos bairros demolidos (levando por vezes a que os bairros fossem construídos por fases e que fosse faseado o realojamento) e promoção de um acompanhamento adequado dos agregados familiares. Para a gestão habitacional dos bairros municipais, foi criada em Lisboa uma empresa municipal (GEBALIS – Gestão dos Bairros de Lisboa), com gabinetes técnicos nos principais bairros. No caso do bairro do Armador, este gabinete funcionou, mas discretamente foi perdendo o lugar de destaque no bairro. Neste momento está a ganhar força junto dos moradores, com uma nova equipa de trabalho. Em 2012, foram concluídos quer o PIMP, quer o PER. Estavam então construídos 16.313 fogos habitacionais em Lisboa, realojada a grande maioria das famílias que inicialmente tinha requerido uma habitação social e indemnizadas as que não se enquadravam, pelas mais variadas razões, nas orientações estipuladas pelo PER (Costa e Subtil, 2013).

Findas mais de duas décadas de projetos de realojamento e feita a apresentação do que se tornou um dos maiores processos de realojamento jamais visto em Portugal, não

poderíamos deixar de salientar um aspeto importante que se prende com os objetivos de um realojamento: houve efetivamente uma melhoria nas condições de vida das pessoas que foram realojadas? Social e economicamente, o facto de terem ido viver para um prédio, num bairro como o Armador fez a diferença? Em que medida? Estas pessoas sentem este espaço como seu? Confiam os seus filhos às ruas e estradas, aos vizinhos do bairro?

Cachado (2013) alerta para a questão das imprudências do PER, referidas por Ferreira em 1994, portanto quase no início do sonho, ao vaticinar que “O PER tem à partida todos os ingredientes para o desastre: construção massiva, realojamentos concentrados, populações de grande precariedade económica e com graves problemas sociais, serviços de administração burocratizados” (Ferreira,1994:10, citado por Cachado, 2013: 143). E Maria João Freitas, também citada por Cachado (2013), chama a atenção para o facto de muitos realojamentos se centrarem na quantificação de objetivos - número máximo de famílias realojadas - caindo na sedução dos números em vez do conhecimento da população, das necessidades e desafios das pessoas a realojar.

No caso específico da área de Chelas, é necessário falar de outros bairros de casas pré-fabricadas como o Bairro do Relógio, localizado nas proximidades do aeroporto, e não se pode deixar de refletir ainda sobre o conceito de bairro. Consideramos, tal como define Cachado (2012:30) que os bairros são, antes de tudo, construções sociais. Recuemos à década de 1960, altura em que o Bairro do Relógio foi construído provisoriamente para realojar as famílias de Alcântara que tinham perdido as suas habitações por conta da construção da ponte sobre o Tejo. Em simultâneo com este movimento, ainda que se tenham registado alguns casos de sucesso (poucos) de agregados que resolveram sozinhos os seus problemas de alojamento, ocorre também a chegada de algumas famílias de Cabo Verde e de Angola, cujos chefes de família vinham para trabalhar na construção civil. Decorrente do realojamento, a partir de 1989, inicia-se o processo de construção dos fogos habitacionais nas zonas envolventes. A procura de habitação é claramente superior à capacidade de resposta do Estado. As famílias manifestaram o desejo de terem um espaço próprio, sem partilhar a habitação com outro agregado, começando a verificar-se os desdobramentos de famílias, o que requeria a construção de mais fogos habitacionais.

### **3. Os hindus do Bairro do Armador**

A maioria dos hindus do Armador residiu anteriormente na Quinta da Holandesa. Castro e Freitas (1991) explicam como podemos dividir o espaço para melhor compreendermos a

estrutura da “Quinta da Holandesa “. Próximo do que hoje conhecemos como Praça Francisco Sá Carneiro ou rotunda do Areeiro, onde ficavam os antigos registos centrais, existiam três bairros diferentes, chamados “Quinta da Holandesa“, “Quinta da Montanha” e “Quinta dos Passarinhos”. Estas designações tiveram origem nos nomes originais das quintas que, no início do século XX, se consideravam localizadas fora da cidade. Eram, de facto, espaços privilegiados, onde habitavam poucas dezenas de pessoas, que exploravam as quintas para proveito próprio sem sonhar com o desenvolvimento que aquela zona da cidade viria a ter. Recorde-se que presentemente o Areeiro faz parte do eixo central de Lisboa, se considerarmos que do aeroporto ao Rossio, passa-se quase obrigatoriamente pelas Avenidas Almirante Gago Coutinho e Estados Unidos da América (fig. 1 e 2).

**Figura 1 - Antiga localização da Quinta da Montanha e da Quinta da Holandesa**

(Base: Google Earth, 2007)



**Figura 2 - Av. Almirante Gago Coutinho e localização do bairro do Armador**

(Base: Google Earth, 2007)



No final dos anos 70/início de 1980, a Quinta da Holandesa e a da Montanha estavam apenas separadas pela linha do comboio, lembrando, de algum modo, a entrada em Mumbai. Um amontoado de barracas muito coladas, sem espaço para caminhar era o cenário, sem margem para ter alguma privacidade (fig. 3). Quem percorreu a pé aquela zona nesse período, sabe que se tratava de percursos pedonais estreitos, sempre enlameados, carregados de olhares atentos e de muitas cores e cheiros a especiarias, não deixando margem para dúvidas de que ali moravam indianos.

**Figura 3 - Quinta da Montanha e Quinta da Holandesa, separadas pela linha do comboio  
(Castro e Freitas, 1991: 68)**



Cedo a presença de comunidades como a indiana ou a africana são reconhecidas também pelos produtos étnicos que no bairro se podiam adquirir, talvez fruto do recheio das bagagens dos familiares que chegavam sem parar e que fizeram proliferar o número de barracas num curto período de tempo.

Num estudo publicado em 1991, Castro e Freitas contabilizam 1.343 habitantes na Quinta da Holandesa, dos quais 731 eram homens, 612 mulheres. Mais atualizada, a base de dados “Gtbase”, da Câmara Municipal de Lisboa (CML), consultada em 18 de Fevereiro de 2015, identificava 1.737 pessoas, à data do realojamento.

Utilizando a terminologia de Castro e Freitas, os grupos étnicos presentes no Vale do Areeiro eram os seguintes: Indianos, Negros, Brancos, Não classificados e Outros. As

percentagens apuradas revelam que a maioria dos habitantes era de origem étnica Indiana, em segundo, quase na mesma percentagem, Brancos e uma reduzida taxa de Negros. Esta situação não deixa de ser reveladora de que a identificação de uma comunidade e da sua generalização confinada a esse espaço é muito limitativa, pois quase exclui ou anula a presença de outras comunidades que, talvez, estejam presentes, e em número significativo, quase até superior à comunidade indiana. Ser-nos-á, porém, impossível definir números por etnias, por sabermos que as bases de dados estatísticos não distinguem os indivíduos por grupo étnico. Seria igualmente difícil se procurássemos as naturalidades, pois apesar de sabermos que a maioria dos indivíduos de origem indiana nasceu na Índia, em Moçambique ou em Portugal (segundas e terceiras gerações), a verdade é que não conhecemos a naturalidade dos indivíduos de outras origens, pelo que poderíamos incorrer em erro e condicionar a veracidade do estudo. Por outro lado, pode também analisar-se a presença forte dessa mesma comunidade pela sua coesão ou por características que acabam por marcar o território como um espaço que fisicamente pertence a Lisboa, mas culturalmente é um pedaço de Diu, facto que não acontecia na Quinta da Holandesa com as outras comunidades, nem acontece no bairro do Armador.

Os dados disponíveis acerca da naturalidade dos indivíduos classificados por Castro e Freitas (1991) de “indianos” indicam que a grande maioria nasceu já em Moçambique, fruto dos fluxos migratórios dos séculos XIX e inícios de XX. Por esse motivo, observa-se um “pico” de chegadas à Quinta da Holandesa entre 1975 e 1980, precisamente de Moçambique, pois a guerra inviabilizou a manutenção de circuitos comerciais utilizados pelos indianos em Moçambique e até mesmo em outros territórios da costa africana e que asseguravam a prosperidade destas famílias. Outros vieram da Índia e alguns nasceram já em Portugal, e possivelmente constituem a designada segunda geração. Há que lembrar igualmente que a estrutura etária dos indivíduos indianos é reveladora do processo migratório que a comunidade tinha e que, de certa forma, mantém até hoje. O número de homens em idade ativa supera em larga medida o número de mulheres. Por motivos laborais, os homens frequentemente partem primeiro para organizar o espaço, encontrar as condições necessárias para que a mulher e os filhos possam chegar com condições perfeitas de adaptação. É assim também em Goa, onde se encontram inúmeras esposas cujos maridos estão emigrados na Arábia Saudita ou no Dubai, e que regressam uma vez por ano, por vezes para conhecer o filho que já nasceu durante a sua ausência. Lembre-se que a grande maioria destes indivíduos

quando chegava a Portugal encontrava trabalho na construção civil, e que o mercado de trabalho para as suas mulheres, que eram essencialmente empregadas domésticas, ainda não oferecia muitas oportunidades. Este quadro alterou-se nos anos 1990/2000, com a melhoria do nível médio dos rendimentos da classe média portuguesa, aspeto que altera a atividade feminina na comunidade indiana pois aumenta a possibilidade de contratação de empregadas domésticas. Acresce a isto a questão da língua, problema até hoje observado e que pudemos comprovar durante o período das entrevistas no Bairro do Armador, quando nos cruzámos com senhoras indianas mais idosas que não compreendem português, ou mesmo algumas que chegaram nos anos 80 com 20 e poucos anos de idade, e que até hoje mantêm um nível de conversação pouco fluente na língua portuguesa. No decorrer da apresentação da investigação que aconteceu no espaço municipal do bairro do Armador (outubro de 2015), o responsável da Igreja Evangelista do Bairro partilhou a experiência recente com jovens na faixa etária dos 20 anos, que frequentemente revelam poucas competências linguísticas no Português, facto surpreendente se pensarmos que poderá tratar-se de uma terceira geração. Falámos posteriormente com três destes jovens e apercebemo-nos que não é a terceira geração, mas um grupo de indivíduos que, pelos laços fortíssimos de primeira linha que unem estas famílias, são trazidos do Gujarat em idades casadoiras. Uma das entrevistadas no estudo inicial já tinha revelado que algumas famílias estão a adoptar este procedimento para que não se percam os bons costumes e a fé e as mulheres não tenham a hipótese de se casarem fora da rede endogâmica do grupo.

Importa ainda referir o tipo de agregados que habitavam na Quinta da Holandesa. Segundo Castro e Freitas (1991: 93), a maioria das famílias indianas que residia nas quintas do Vale do Areeiro pertencia a agregados familiares múltiplos (aqueles que são constituídos por três ou mais núcleos ligados por parentesco). Na altura era frequente encontrar o titular da habitação, a sua esposa, um cunhado, uma cunhada, os filhos que iam nascendo... e por vezes os sogros. Isto mesmo foi descrito nas entrevistas que realizámos, quando uma das senhoras de origem indiana referiu o facto de habitar com mais famílias.

*Vivia numa barraca de madeira onde entrava frio e bichos. Tinha filhos pequenos e não podia deixar que aquilo continuasse. Vivíamos com outras tantas famílias, tudo junto na mesma barraca, uma confusão... (KJ)*

Passemos à transição em termos históricos, das barracas do Areeiro aos prédios do Armador. O bairro do Armador é uma consequência das necessidades que os agregados tinham manifestado e por isso será o espaço que servirá também para realojar a população da Quinta da Holandesa, ainda esquecida no Areeiro. De facto, na década de 1980 são poucos os que se lembram de ouvir falar da população do Vale do Areeiro, apesar de se saber que os recenseamentos já tinham decorrido e que havia a promessa de condições melhores para a habitação. Segundo Heitor (1996), citado por Peralta (2011), "os estudos para a área de Chelas são iniciados pelo Gabinete Técnico de Habitação (GTH) em 1960 com o objectivo prioritário de incrementar uma estrutura urbana plurifuncional e socialmente diversificada, integrada no conjunto da cidade e articulada com a zona ribeirinha até Vila-Franca-de-Xira".

É sabido que quando falamos de indianos em Portugal, não se pode generalizar nem incluir todos os indivíduos que comungam das mesmas raízes geográficas ou possuem traços físicos de etnia indiana. Malheiros (1996: 13) considerou existirem "(...) quatro comunidades de origem indiana em Portugal (hindu, ismaelita, muçulmana e goesa)". Hoje talvez seja possível considerar, pelo menos, um quinto grupo, resultado de migrações mais recentes, que corresponde aos *sikhs*. Embora para um observador externo seja fácil incorrer numa tipificação simplificadora, generalizando que todos vêm de Goa e não comem carne de vaca, na verdade não é assim. Grande parte dos indivíduos de origem indiana, que entrou em Portugal após o 25 de abril de 1974, provinha de correntes migratórias que tinham o seguinte percurso: Índia-Moçambique-Portugal. Apesar do tempo decorrido e da alteração nas condições de mobilidade, muito dessa corrente migratória manteve-se, por causa da facilidade que as redes de solidariedade exercem nestes grupos.

Este estudo foi constituído por uma amostra de 5 inquiridos de origem indiana e 8 de origem portuguesa. (Quadro 1). Temos noção de que a amostra revela algumas lacunas que resultaram da dificuldade em estabelecer contactos com residentes de origem indiana do sexo masculino e de entrevistar residentes nos condomínios (ausência de resposta aos pedidos efetuados). Foram realizados contactos semanais (quando possível) com os entrevistados de origem indiana. Já no último ano, retomou-se o contacto com duas das inquiridas (KP e UJ).

**Tabela 1 - Caracterização geral da amostra**

Entr.	Sexo	Idade	Naturalidade	Tipologia da habitação	Origem	Nacionalidade	Agreg. Familiar
KP	F	53	Diu	Duplex T4	India	Portuguesa	5
UJ	F	44	Moçambique	Duplex T4	India	Portuguesa	5
XJ	F	20	Portugal	Duplex T4	India	Portuguesa	5
DK	M	56	Moçambique	Cooperativa- T3	India	Portuguesa	4
JK	M	26	Portugal	T3	India	Portuguesa	6
MCJ	F	40	Portugal	Cooperativa- T3	Portugal	Portuguesa	3
PD	F	38	Portugal	T3	Portugal	Portuguesa	4
MJ	F	41	Portugal	T3	Portugal	Portuguesa	4
JH	M	53	Portugal	Cooperativa- T3	Portugal	Portuguesa	3
NG	M	20	Portugal	T3	Portugal	Portuguesa	4
TBP	F	53	Portugal	Cooperativa- T3	Portugal	Portuguesa	4
CBP	F	18	Portugal	Cooperativa- T3	Portugal	Portuguesa	4
FBP	M	19	Portugal	Cooperativa- T3	Portugal	Portuguesa	4

Com base nos resultados recolhidos através das entrevistas, aos inquiridos não indianos é relevante referir que, de um modo geral, os portugueses sentem alguma simpatia pela população indiana, aspeto que poderá ser lido no estudo de Barreto (2015). Esse sentimento vem associado maioritariamente à atitude pacífica que é atribuída aos indivíduos de origem indiana e pelos seus hábitos sociais:

*Digo-te já [para a entrevistadora] que prefiro muito mais os indianos aos ciganos. São sossegadinhos e saem de manhã cedo para os seus trabalhos. Não se metem com ninguém. (PD)*

Não deixa de ser curioso que uma das comunidades – os hindus - que mais tende a manter a sua identidade, através de gestos e práticas, seja a que é vista como um caso de sucesso de integração.

De sublinhar que Cohen (1985), citado por Cachado (2012:61), “apelida uma população de comunidade, ao admitir duas variáveis na sua problematização: (1) a percepção de elementos culturais em comum que um dado grupo tem, bem como (2) o sentimento de pertença a esse mesmo grupo”. Para o caso dos hindus, a originalidade e a primazia da religião, elemento estruturante em termos culturais, é um aspeto fulcral na sua identificação enquanto

comunidade, nos termos de Cohen, sendo de realçar que isto esteve sempre presente ao longo da investigação, quer em termos de sinais materiais nos locais em que eramos recebidos, quer pelas conversas informais. É por isso interessante referir algumas respostas dos inquiridos não indianos às questões que fazem face ao conhecimento e participação nessas mesmas manifestações culturais da comunidade hindu. À pergunta “Já promoveram algum encontro, alguma reunião entre a vossa família e a família indiana?” ou se sabiam da existência de algumas manifestações culturais indianas no bairro, as respostas revelam que a cultura material pode ser o potenciador da agregação das várias culturas:

*“Sim, já fomos juntos a Fátima. E eles vêm sempre às nossas festas de aniversário, e nós às deles” (MCJ)*

*“Há uma vez em que eles fazem uma grande fogueira e parece que andam à volta da fogueira. (...) fazem numa época do ano com oferendas para os deles. Levam alguns sinais, levam comida, cada um leva o que (...) cantam e dançam. É bonito. Eu vejo e vou.” (MJ)*

Recuando um pouco, não podemos deixar de lembrar o papel da descolonização de Moçambique na presença e constituição das comunidades indianas em Portugal, particularizando, no caso presente, para o grupo religioso hindu. Não é objetivo deste estudo fazer um relatório sobre o percurso migratório da população indiana em Portugal; contudo, é interessante entender quando e porquê chegaram tantos indianos nas décadas de 70 e 80 do século XX. O primeiro fluxo de chegada destes imigrantes dá-se na década de 70 após a independência de Moçambique. A necessidade de manter a cidadania e o medo da instabilidade política traz a Portugal estes portugueses da comunidade indiana. O segundo momento de chegada intensa está entre 1980 e 1985. Segundo Malheiros (1996: 143) “só abandonaram o país quando as condições económicas e políticas se deterioraram significativamente”. Os laços familiares, a manutenção desses laços e a forte solidariedade no acolhimento fez com que aumentasse significativamente a chegada de muitos indianos em finais do decénio de 80 do século XX.

Um quadro ilustrativo de Malheiros (1996: 96) demonstra a tendência dos imigrantes de origem asiática para se concentrarem mais na AML norte do que noutras regiões. Em termos de profissões, a grande maioria dos membros pertencentes a esta comunidade é aquilo que na Índia seria definido como os caríás, pessoas humildes, com profissões ligadas ao comércio ou a

construção civil (eles) e domésticas (elas). Quem vive por exemplo no bairro do Armador vê pelas 7h45m muitas senhoras envergando um *Saree* a passarem a ponte das Olaias a pé para levarem as crianças à escola.

Quando se fala de famílias indianas, destacamos outro aspeto que não pode ser menosprezado, a religião. Como menciona Cachado (2012), é constante a referência às palavras “religião” e templo, pois o tema da religião está presente em todas as conversas. No Armador, como festa religiosa significativa, celebra-se o *Holi*, que comumente é conhecido como festival das cores. Entre fevereiro e março, o bairro assinala a chegada da primavera, com a dispersão de pó coloridos e uma roda à volta da fogueira, às portas de uma das suas entradas mais importantes (próximo do supermercado, onde há dois cafés, paragens de autocarro e muito movimento). Os festejos simbolizam as travessuras do jovem *Krishna* e são realizados pelas pessoas da comunidade que partilham iguarias. Outra das festas com alguma visibilidade é o *Diwali*, o ano novo Hindu, também chamado de festa das luzes. As comemorações duram cinco dias, e acontecem entre outubro e novembro. É costume usar roupas novas, enfeitar as casas, dividir doces e fogos de artifício, o que no bairro do Armador não é feito, porque a comunidade ainda não se conseguiu unir para pedir autorização à Junta de Freguesia para este efeito. Mas as roupas, as casas e suas entradas bem como as luzes que se colocam às janelas e corredores, são efeitos visíveis de que uma festa decorre naqueles dias.

Malheiros (1996) reforça a descrição já efetuada por Susana Bastos sobre as áreas residenciais e a segregação. No Vale do Areeiro e na Quinta da Vitória (Portela), era comum ouvir-se falar Gujarate e contactar com a realidade sociocultural da comunidade hindu que lá vivia. Eram, na sua maioria, de casta inferior e desempenhavam maioritariamente as atividades profissionais atrás referidas, tendo vidas modestas e ocupando atividades e locais que os portugueses já não desejavam. Porém, é ainda de referir a importância da separação residencial por castas (Malheiros, 1996), a qual não deixa de ser uma réplica da atual organização social e residencial que se observa em Diu e Goa, como pudemos verificar em 2006, quando os primeiros 100/200 metros de uma avenida eram ocupados por “condomínios” e os restantes preenchidos com casas separadas por muros altos e caminhos alternativos.

Não percamos de vista outros aspetos que marcam a identidade e a vida das populações de origem indiana e sobre os quais Bastos (1990) descreveu: um grupo doméstico indiano,

independentemente de ser natural da Índia, de Moçambique e até mesmo de já ter nascido em Portugal, mantém uma referência cultural comum: os nomes são sempre indianos. As profissões são as que trazem do passado: pedreiros (cariás) e comerciantes. Casam-se essencialmente entre pessoas da mesma casta, apesar de no presente isso já não ser tão significativo, pois encontram-se casais, quer de castas distintas, quer mesmo de diferentes etnias, situação praticamente inexistente nos anos 80/90 do século XX. Exemplo disso é o filho de uma das entrevistadas de origem indiana, a senhora K. J., que vive em união de facto com uma rapariga de Cabo Verde.

Estes hindus têm um princípio de grande solidariedade e de hospitalidade e é por isso que o realojamento se deu com a presença de famílias alargadas constituídas por pais, tios, primos de segundo grau e outros parentes a serem alojados em casas com alguma proximidade geográfica, na sequência de desdobramentos de agregados familiares que coabitavam na mesma casa “pré-fabricada” na Quinta da Holandesa. Aliás, já aqui relatámos algumas dessas questões, quer em termos do processo associado ao Programa Especial de Realojamento, quer na própria descrição da Quinta da Holandesa.

#### **4. Notas Finais**

O Armador é relativamente jovem como bairro. Carece de alguma maturidade para se poderem consolidar algumas das redes de solidariedade interculturais às quais se aspira num processo tão complexo como o deste realojamento.

A população hindu do bairro mantém uma expressão forte, possivelmente pelas mesmas marcas da cultura material evidentes à vista de todos (*sarees* nos estendais, cheiros de especiarias, fogueira na entrada principal do bairro no *Holi*, etc), contudo não constitui a maioria dos habitantes do Armador. Estão mais presentes na zona sul do bairro, onde se concentram as famílias que vieram da Quinta da Holandesa e é também por lá que se vê a camada mais jovem, talvez porque o parque da Bela Vista, situado mesmo em frente à escola do 1º ciclo, seja o chamariz para as brincadeiras e jogos dos mais novos. Ainda uma curiosidade: no Parque da Bela Vista não se vêem raparigas hindus sozinhas, rapazes adolescentes e jovens sim, ou os mais pequenos acompanhados dos irmãos mais velhos, porém nunca uma jovem hindu.

Verificámos que a presença de diversidade no Bairro se faz por evidências negativas (ciganos/africanos) e positivas (indianos), que existem algumas relações de vizinhança-

interação/coesão social e que a cultura material e as manifestações culturais são um dos elementos que agregam as várias culturas presentes (bairro com comunidade hindu e vice-versa). Há alguma apropriação do espaço mas a ausência de proatividade reduz o ritmo desejado para a criação, por exemplo, de uma casa de Diu. Há também pouco investimento da comunidade hindu na aproximação às entidades presentes e responsáveis pelo bairro.

Da parte do bairro, encontramos alguma vontade de o “fazer crescer” (intervenções sociais). Prova disso é a dinamização mais recente do gabinete da Gebalis, que está a procurar dar voz às associações locais. Verificámos, assim, a existência de um potencial humano e coletivo desperdiçado – um menor sentido de pertença local. Há que dizer porém que zero conflitos registados pelas autoridades policiais ou o “silêncio” não são sinónimo de integração (olhar do bairro sobre as comunidades presentes).

A 5 de março de 2015, em sessão da assembleia municipal, foi aprovada uma verba para realizar as intervenções no património habitacional, o que é uma mais valia, mesmo se até à data estas não têm tido a frequência necessária para reabilitar as habitações, de forma a contrariar a degradação dos espaços e favorecer a desejada “nova visão” do bairro pelos residentes e não residentes. Por fim, a ausência de mediadores e técnicos com credibilidade no terreno dificulta o diálogo entre as instituições que realojam e os residentes. Sabemos que a Gebalis está a procurar reorganizar-se junto da população local para voltar a dar voz e criar espaços de diálogo, mas as intervenções sociais têm ainda pouca expressão. Ao longo do presente ano, conversando com duas das entrevistadas com quem pudemos reestabelecer recentemente contacto, apercebemo-nos de que o tempo de abertura e de disponibilidade para ouvir as pessoas aumentou. Verificámos também, na última semana de julho, numa visita efetuada ao Gabinete, a possibilidade de se poder tratar dos assuntos em Inglês, facilitando a fluidez da comunicação e, desta forma, aumentando a confiança.

Salientamos também o sentido de apropriação do espaço:

*Estou na casa da família de MCJ, depois da primeira entrevista. MCJ diz-me que sabe tudo sobre os indianos e sobre as etnias que coabitam com ela, no mesmo bairro. Quando a questiono se entende bairro por rua, por espaço envolvente, por prédio, por Chelas, responde-me pelo bairro do Armador. (Diário de campo)*

*O bairro está carregado de coisas boas. O bairro somos nós. Elas sabem que podem ter os amigos que quiserem mas com respeito, até porque o meu filho mais velho está em cima delas a controlar tudo. (KJ)*

Em suma, se a inserção dos hindus no Bairro se tem processado de uma forma suave marcada por relações de vizinhança positivas ao nível dos contactos gerais do quotidiano, dando origem a uma percepção favorável por parte dos outros residentes, há alguns pontos fracos que prevalecem, designadamente ao nível da organização interna do grupo hindu e do processo de diálogo institucional, por exemplo com a Gebalis. De resto, esta questão da organização interna poderá ser afetada pela emigração de alguns dos indivíduos de origem indiana que, tal como já indicámos, se acentuou nos últimos anos. Por exemplo, no decorrer da escrita deste texto duas das pessoas que entrevistámos e que reencontrámos no bairro saíram de Portugal, uma porque se casou e foi viver com o seu marido para Londres, junto da família deste, a outra porque fez o casamento de um sobrinho com a pessoa destinada (uma jovem hindu do bairro) e juntos foram viver para Londres, onde esta senhora já se encontra emigrada, desde 2014, altura em que saiu por não ter trabalho em Lisboa.

Contudo, após a apresentação deste estudo no bairro, em conversa informal que tivemos com duas das inquiridas hindus, verificámos que as saídas para a diáspora e as ausências prolongadas para Diu não são suficientes para afirmar que há um êxodo real deste grupo e, por conseguinte, a sua desagregação. O património habitacional é mantido e todos respondem que querem viver alguns anos mais no Armador. Sobre se querem morrer aqui, a resposta é a de que desejam morrer nas terras de origem (Diu); porém, perante a hipótese de morrer fora, preferem que seja em Portugal.

Face aos dados recolhidos, às evidências observadas das dinâmicas relacionais e à bibliografia consultada, é possível concluir que a mobilização das instituições existentes no bairro pode ser um passo para criar espaços de diálogo e de troca, quer ao nível institucional, quer ao nível dos próprios residentes de diferentes etnias e culturas.

## Referências

- Barreto, A. (2015). *Da Quinta da Holandesa ao Bairro do Armador: realojamento, integração ou ambos para a comunidade indiana?* Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo. FCSH-UNL.
- Bastos, S. (1990). *A comunidade hindu da Quinta da Holandesa. Um estudo antropológico sobre a organização sócio-espacial da casa*. Lisboa: LNEC.
- Cachado, R. (2012). *Uma etnografia na cidade alargada. Hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cachado, R. (2013). "O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social." *Análise Social*, 206, XLVIII (1<sup>o</sup>). Lisboa: ICS.
- Cachado, R. (2013). O registo escondido num bairro em processo de realojamento: o caso dos hindus da Quinta da Vitória. *Etnográfica*, 17(3), 477-499.
- Castro, P., Freitas, M.J. (1991). *Contributos de grupos étnicos residentes na cidade de Lisboa*. Lisboa: LNEC.
- Costa, I., Subtil, M. (2013). *Programas de Realojamento PER e PIMP. Relatório de Finalização*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Machado, F. L., Azevedo, J. (2008). A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas. *Revista Migrações*, abril 2009, nº4, Lisboa: ACIDI, 7-31.
- Malheiros, J., (1996). *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa: Edições Colibri.
- Malheiros, J., Fonseca, M.L. (coords.), (2011). *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal*. Coleção Estudos OI, 48. Lisboa: ACIDI.
- Peralta, D. (2011). *Mobilidade pedonal: humanização do espaço público junto a nós viários. Caso de estudo: o nó viário da Bela Vista*. Tese de Mestrado. Lisboa: IST.